

**Curso/Disciplina:** Direito Processual Penal Objetivo

**Aula:** Direito Processual Penal Objetivo - 10

**Professor(a):** Elisa Pittaro

**Monitor(a):** Dayane Vieira Carlos

## Aula 10

### Jurisdição

Conceito de Frederico Marques:

É ao mesmo um poder, uma função e uma atividade.

É um poder porque é uma demonstração da soberania do Estado que impõe suas decisões. É uma função porque expressa o encargo que órgãos oficiais possuem para pacificar os conflitos de interesse. Expressa a função pacificadora da jurisdição. É uma atividade porque é desenvolvida através de um complexo de atos judiciais ao longo do processo.

### Existe possibilidade de jurisdição voluntária no Processo Penal?

Tourinho: A possibilidade de nomeação de um curador especial seria uma das únicas hipóteses.

Paceli: As hipóteses de Revisão Criminal (art. 621/CPP) seriam um exemplo. Porque na revisão não existe uma parte que irá se opor àquele pedido, não havendo lide. O MP só se manifestará como *custus legis*.

### Princípios Orientações da Jurisdição

#### 1. Investidura

A atividade jurisdicional só pode ser exercida por quem tenha sido regularmente investido no cargo de juiz.

Eventuais exceções devem estar previstas na Constituição Federal, como os crimes de responsabilidade do Presidente da República, que são julgados pelo Senado.

Caso a jurisdição seja exercida por pessoa não investida, haverá inexistência da relação processual.

#### 2. Indeclinabilidade

Ninguém poderá ser impedido de procurar o Poder Judiciário pleiteando a aplicação do direito objetivo no caso concreto. Este princípio é previsto constitucionalmente no art. 5º, inciso XXXV:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

### 3. Indelegabilidade

Os juízes não podem delegar a outro órgão o exercício da atividade jurisdicional.

A expedição de carta precatória seria uma exceção a esse princípio?

Prevalece na doutrina o entendimento de que não é exceção, uma vez que não há declínio da competência do poder de julgar, mas sim uma atividade probatória. Ademais, os juízes só podem exercer o poder jurisdicional dentro de sua comarca. O que ocorre na expedição de carta precatória é uma cooperação judicial.

### 4. Improrrogabilidade ou Aderência

O juiz só poderá exercer sua atividade jurisdicional dentro de determinados limites territoriais. A jurisdição enquanto poder é uma, mas seu exercício deve se enquadrar nas regras de competência.

### 5. Iniciativa das partes ou Inércia

Toda atividade jurisdicional deve ser provocada. O juiz não pode agir de ofício, em tese. Porém em alguns casos, o próprio legislador autoriza o juiz a agir de ofício. Isso gera uma série de críticas por parte da doutrina afirmando que essa autorização viola o princípio da inércia e compromete a imparcialidade do julgador e portanto, de todo o sistema acusatório.

A concessão de HC de ofício viola o princípio da inércia da jurisdição?

Segundo Ada Pellegrini, a necessidade de proteção da liberdade individual justificaria o exercício da jurisdição.

Na verdade, não há Ação, mas sim atividade do juiz em sanar algumas irregularidades.

### 6. Correlação

Deve haver uma imperiosa correspondência entre o que foi pedido pela parte e o que foi concedido pelo juiz.

Este princípio é extrema importância no Processo Civil, mas no Processo Penal perde um pouco de seu conteúdo, uma vez que neste o pedido é sempre o mesmo: a condenação.

Logo, seu conteúdo é adaptado para estabelecer relação entre o fato imputado e a sentença.

### 7. Juiz Natural

Surgido no direito anglo-saxão trazia consigo três subprincípios: proibição da criação de Tribunais de exceção, a Garantia do Processo e Julgamento perante o Tribunal Competente e a proibição de Criação de Justiça Especializada.

No Brasil o princípio abarca apenas os 2 primeiros subprincípios, uma vez que a justiça especializada é tradição em nosso sistema jurídico.